



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO**

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO - N.º 43/2019

RELATÓRIO FINAL

Instado a proceder a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando a contratação do serviço de manutenção corretiva ao sistema de câmeras digital (CFTV digital) com software de monitoramento de imagens DIGIFORT, localizado na sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I Edital 43/2019, o Pregoeiro Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação na internet, nos sites do TRE-BA e Comprasnet e no Diário Oficial da União, respectivamente.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às 15h (horário de Brasília), o Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria n.º 71/2019, procedeu à realização dos trabalhos relativos ao Pregão em epígrafe.

Após exame preliminar das propostas, o item único da licitação foi aberta para lances.

Encerrada a fase de competitiva, identificou-se que a licitante LS TECNOLOGIA E COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI apresentou a melhor oferta, com o lance de R\$ R\$ 17.484,99.

Aberta uma tentativa de negociação para redução do preço, conforme estabelece a Seção VIII do Edital, a licitante não concordou em reduzir, sendo o valor original ACEITO pelo pregoeiro, por se encontrar dentro do estimado pela administração para contratação.

Vencida a fase de aceitação, passou-se à habilitação, com a solicitação de que a licitante enviasse, no prazo de 02 (duas) horas, por meio da opção “enviar anexo” do Sistema, os documentos exigidos na Seção X do Edital.

Encerrado o prazo concedido, verificou-se que a documentação foi encaminhada no prazo estabelecido.

Após análise documentação apresentada, consultas ao SICAF e realização de diligências, a LS foi considerada habilitada ao certame e, portanto, vencedora da licitação.

Encerrado o prazo pra registro de intenção de recursos, identificou-se que a licitante SELTRON TECNOLOGIA DE SEGURANÇA LTDA manifestou interesse em recorrer.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO

Presentes os requisitos recursais (tempestividade, legitimidade, sucumbência, interesse e motivação), a intenção foi aceita, sendo a recorrente informada que deveria registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais **licitantes**, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, a correr do término do prazo da recorrente.

Do exposto, gerou-se uma ata, que foi juntado aos autos através do documento 255776/2019.

Apresentadas a razões, a recorrente alegou que a LS (doc. 255781/2019):

- a) não possui objeto social pertinente com a contratação;
- b) não apresentou registro junto ao CREA;
- c) não comprovou vínculo com o Responsável técnico.
- d) não apresentou Certidão de Acervo Técnico.

Não houve apresentação de contrarrazões por parte da LS TECNOLOGIA E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA EIRELLI.

Em sua manifestação (doc. 257525/2019), o pregoeiro considerou improcedentes as alegações contidas no itens “a”, “b” e “c”, porém entendeu assistir razão no questionamento apresentado pela recorrente com relação ao item “d”, reconhecendo que a Certidão de Acervo Técnico não foi encaminhada pela recorrida, acolhendo o recurso interposto pela empresa SELTRON TECNOLOGIA DE SEGURANÇA LTDA, no sentido de inabilitar a empresa LS TECNOLOGIA E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA EIRELLI, retornando o Pregão à fase de aceitabilidade da proposta com as licitantes remanescentes, tendo em vista o não atendimento da condição 10.1.7.b. do certame.

Com a inabilitação da LS TECNOLOGIA E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA EIRELLI, a **SELTRON** passou a ser a detentora do melhor lance para o item.

Aberta uma tentativa de negociação para redução do preço, conforme estabelece a Seção VIII do Edital, a licitante concordou, diminuindo sua proposta final de R\$ 17.485,00 para **R\$ 17.400,00**, sendo esse o valor ACEITO pelo pregoeiro para o item, por se encontrar dentro do estimado pela administração para contratação.

Vencida a fase de aceitação, passou-se à habilitação, com a solicitação de que a licitante enviasse, no prazo de 02 (duas) horas, por meio da opção “enviar anexo” do Sistema, os documentos exigidos na Seção X do Edital.



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO**

Encerrado o prazo concedido, verificou-se que a documentação foi encaminhada no prazo estabelecido.

Analisada a documentação, constatou-se que:

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99) (documento 268483/2019);

- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (documento 268483/2019);

Observação: as declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

- A habilitação jurídica foi comprovada através da apresentação Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (documento 268485/2019);

OBS: Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

- Os documentos apresentados que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista foram juntados ao feito através do documento 268487/2019;

- Qualificação econômico-financeira foi comprovada, com a apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida em 06/12/2019, válida por 30 dias (documento 268488/2019).

- A qualificação técnica foi comprovada através de apresentação de vasta documentação, juntada aos autos através do documento 268490/2019.

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php (documento 268492/2019);

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc> (documento 268492/2019);



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO**

c) Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93 (documento 268492/2019).

Nas consultas acima mencionadas não foram encontradas informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

A SELTRON TECNOLOGIA DE SEGURANÇA LTDA foi declarada a vencedora do certame.

Finalizado o prazo para registro de intenção de recorrer, não houve manifestação, sendo a sessão encerrada.

Os preços constantes das propostas foram registrados em Ata Complementar, que foi juntada ao processo através do documento nº 268496/2019.

É o Relatório, que ora submetemos à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.
De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, 17 de dezembro de 2019.

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro